

Entre Números e Decisões: Revelando a Capacidade de Pagamento e o Equilíbrio Fiscal do Município de Goiânia

Diogenes Vinicius Fernandes
Universidade Federal de Goiás(UFG)
diogenes.fernandes@discente.ufg.br

Gilberto Crispim
Universidade Federal de Goiás(UFG)
crispim@ufg.br

Johnny Jorge de Oliveira
Universidade Federal de Goiás(UFG)
johnnyjorge@ufg.br

Álen Rodrigues de Oliveira
Controladoria Geral do Município de Goiânia
economista.alen@gmail.com

Resumo:

O estudo objetivou avaliar a capacidade de pagamento com ênfase no equilíbrio fiscal do Município de Goiânia no período 2015-2024 por meio de instrumentos estatísticos robustos, tais como análise descritiva, análise multivariada e regressão logística binomial. Os resultados indicam que a análise da CAPAG, integrada à evolução das receitas e despesas, revelou crescimento consistente da arrecadação, superando as estimativas a partir de 2019, aumento da receita própria e total per capita, ampliando a capacidade de investimento social, embora a dependência de transferências externas tenha se intensificado. Os investimentos apresentaram elevada volatilidade, com picos em 2015 e 2020 e quedas acentuadas em 2017 e 2022, refletindo ajustes orçamentários e contingenciamento de projetos estruturantes. Restos a pagar diminuíram até 2020, mas aumentaram posteriormente, enquanto a disponibilidade de caixa, embora confortável, recuou em 2024, indicando maior comprometimento financeiro. Gastos com pessoal permaneceram controlados, e gastos com educação mantiveram-se entre 25% e 30% da receita, atendendo ao limite constitucional. A regressão logística binomial indicou que receita realizada, indicadores per capita e disponibilidade de caixa aumentam a probabilidade de CAPAG A/B, enquanto o aumento dos restos a pagar reduz essa chance. Setores sociais como saúde, educação e habitação registraram crescimento percentual expressivo e alta probabilidade de prioridade, enquanto funções voláteis ou com quedas abruptas, como judiciário e administração, apresentam menor relevância. Em síntese, Goiânia apresenta avanços na arrecadação e controle de despesas, tendência de fortalecimento social, mas enfrenta desafios estruturais relacionados à volatilidade dos investimentos e à dependência externa, exigindo planejamento estratégico e consolidação fiscal para sustentabilidade de longo prazo.

Palavras-chaves: Capacidade de pagamento; Equilíbrio fiscal; Receitas e despesas municipais.

Linha temática: Contabilidade e Finanças Públicas e Terceiro Setor

1. Introdução

A sustentabilidade das finanças públicas municipais constitui tema central nas agendas de boa governança, responsabilização fiscal e formulação de políticas públicas. Em um contexto de crescente complexidade fiscal e de restrições orçamentárias, a avaliação da capacidade de pagamento e do equilíbrio fiscal dos entes subnacionais torna-se instrumental para compreender



não apenas o cumprimento de normas legais, mas também a viabilidade de provisão contínua de bens e serviços públicos essenciais [Constituição Federal, (Brasil,1988); Lei Complementar nº.101 (LRF, 2000)].

Estudos clássicos sobre federalismo fiscal demonstram que pressões sobre receitas próprias, dependência de transferências intergovernamentais e rigidez das despesas correntes condicionam a margem de manobra dos governos locais e sua resiliência frente a choques (Oates, 1999; Boadway & Shah, 2009). Nesse cenário, instrumentos técnicos como o indicador de Capacidade de Pagamento (CAPAG), desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional, emergem como métricas padronizadas para aferir a saúde fiscal dos municípios e orientar decisões de crédito e gestão fiscal (Batista et al., 2024; Martins, Soares & Silva, 2021).

No plano nacional, a crise fiscal experimentada por muitos entes federativos desde meados da última década, acentuada por variações conjunturais como a pandemia de COVID-19, evidenciou a necessidade de diagnósticos temporais e aprofundados sobre a estrutura de receitas, composição das despesas (especialmente pessoal e capital) e gestão de restos a pagar e disponibilidades de caixa (Garcia Filho et al., 2016). Relatórios de gestão e análises contábeis integradas passaram a ser insumos indispensáveis para o monitoramento do cumprimento dos pisos constitucionais (educação e saúde), do limite legal e prudencial de pessoal e da sustentabilidade do endividamento municipal (MCASP, 2021; LRF,2000).

Face ao exposto, tem este estudo o objetivo em *avaliar a capacidade de pagamento com ênfase no equilíbrio fiscal do Município de Goiânia no período 2015-2024 por meio de instrumentos estatísticos robustos.*

A relevância desta investigação decorre de múltiplos vetores. Do ponto de vista normativo e institucional, a LRF e os instrumentos de contabilidade aplicada ao setor público exigem transparência, planejamento e responsabilidade fiscal, pressupostos que só se materializam plenamente quando analisados por meio de diagnósticos empíricos acurados. Do ponto de vista técnico-gestional, gestores locais necessitam de leituras que articulem indicadores de curto prazo (disponibilidades de caixa, restos a pagar) com determinantes estruturais (receitas próprias e composição da despesa) para calibrar políticas de ajuste e investimento. Finalmente, do ponto de vista científico, o exame aprofundado de uma capital em desenvolvimento regional como Goiânia oferece lições comparativas para a compreensão das trajetórias fiscais de municípios médios e grandes em economias emergentes, especialmente em contextos de choques exógenos (pandemia, flutuações econômicas) e mudanças institucionais (mecanismos de transparência e avaliação) (Avelar, Costa, & Moura, 2025)

2. Referencial Teórico

2.1 Receita Municipal

A receita municipal compreende o conjunto de recursos arrecadados pela administração local, destinados ao custeio de serviços públicos, investimentos em infraestrutura e manutenção das funções essenciais do Estado. Conforme Piscitelli e Timbó (2010), “receita pública, em sentido amplo, caracteriza-se como um ingresso de recursos ao patrimônio público, especificamente como entrada de recursos financeiros que se refletem no aumento das disponibilidades”. Nesse contexto, o orçamento público, elaborado no início de cada exercício, atua como instrumento de planejamento, fixando despesas e projetando receitas que orientam a execução fiscal e o equilíbrio financeiro.

De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2025), 54% das prefeituras brasileiras encerraram o exercício de 2024 com resultado orçamentário negativo, segundo dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Tal cenário decorre do avanço das despesas primárias, notadamente de custeio e pessoal, e da elevada dependência das



transferências intergovernamentais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e as cotas de ICMS. Essa estrutura compromete a autonomia fiscal municipal, agravada pela rigidez das vinculações constitucionais e pela limitação na ampliação das receitas próprias. Assim, a sustentabilidade fiscal exige modernização da arrecadação, controle de gastos e aprimoramento da gestão financeira.

Costa et al. (2025), por meio de modelo econométrico em painel (2005–2020), analisaram os determinantes socioeconômicos da arrecadação própria municipal, considerando PIB per capita, renda média, nível educacional e composição setorial. Os resultados indicam que municípios com maior desenvolvimento econômico e melhor capital humano apresentam desempenho fiscal superior, sustentado por trajetória histórica de boa gestão. Os autores defendem o fortalecimento institucional e políticas voltadas ao desenvolvimento local, como meios de reduzir a dependência de transferências e promover estabilidade financeira.

Ávila e Soares (2024) investigaram a relação entre arrecadação tributária e investimentos em saúde em municípios mineiros (2013-2022), concluindo que maior capacidade arrecadatória, especialmente via IPTU, ISS e ITBI, está associada a maiores dispêndios com saúde e menor vulnerabilidade fiscal. Em contrapartida, municípios de baixa arrecadação dependem fortemente de repasses constitucionais e voluntários para atender aos mínimos constitucionais, reforçando que a expansão da base tributária local é determinante para a sustentabilidade dos serviços públicos.

O Boletim das Finanças Municipais (CNM, 2024) mostra que, embora as receitas primárias tenham crescido nominalmente até 2024, o aumento expressivo das despesas correntes, sobretudo com pessoal, reduziu a capacidade de investimento. As transferências continuam sendo a principal fonte de financiamento, enquanto as receitas próprias evoluem de forma irregular, evidenciando a necessidade de políticas de gestão tributária eficientes e de planejamento financeiro de longo prazo.

Por fim, o painel Multi Cidades (2024) indica que a receita total municipal atingiu R\$ 1,134 trilhão em 2023, representando crescimento real de 5,4% frente a 2022. As receitas de capital aumentaram substancialmente, impulsionadas por convênios e transferências, enquanto ICMS e FPM permanecem como eixos centrais da arrecadação. O estudo ressalta as desigualdades regionais e os desafios da transição para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), destacando que a modernização da gestão fiscal e a diversificação das fontes de receita constituem pilares essenciais para assegurar maior estabilidade e autonomia financeira municipal.

2.2 Despesa Municipal

As despesas públicas representam a aplicação dos recursos arrecadados pelos municípios na manutenção da administração e na oferta de serviços públicos essenciais. As despesas correntes destinam-se à operação e conservação da estrutura administrativa, sem gerar acréscimo patrimonial, abrangendo gastos com pessoal, aquisição de bens de consumo, manutenção de equipamentos e contratação de serviços terceirizados (Piscitelli, 2018). Jardim (2019) adota definição jurídica restrita, considerando despesa pública apenas o dispêndio autorizado no orçamento aprovado no início do exercício. De modo semelhante, Ramos Filho (2018) define despesa pública como a parcela do orçamento destinada ao custeio dos diversos setores administrativos.

A alocação de recursos decorre do processo orçamentário, que planeja e autoriza a execução das despesas anuais (Couto et al., 2018). A classificação por natureza econômica diferencia as despesas correntes, voltadas ao custeio e manutenção, das despesas de capital, destinadas à criação de ativos e expansão da infraestrutura pública (Gobetti & Orair, 2010). O equilíbrio entre ambas traduz decisões estratégicas de gestão, revelando a opção entre manter a operação presente ou ampliar a capacidade futura do Estado.



De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2024), as despesas primárias municipais cresceram expressivamente entre 2023 e 2024: as correntes passaram de R\$ 958,2 bilhões para R\$ 1.048,1 bilhões (+9%) e as de capital de R\$ 130,0 bilhões para R\$ 166,5 bilhões (+28%). “Outras despesas correntes” responderam por 52% do aumento, seguidas por investimentos (21%) e gastos com pessoal (17%). O avanço das despesas, superior ao das receitas, tem sido fator determinante na deterioração fiscal municipal.

A CNM (2023) aponta que, em 2023, os gastos municipais cresceram 14,8% (R\$ 114,3 bilhões), quase o dobro da expansão das receitas (6,8%, R\$ 57,4 bilhões), reduzindo a margem fiscal e pressionando despesas obrigatórias e investimentos. O levantamento do Valor Econômico (2025) estimou déficit agregado de R\$ 32,6 bilhões em 2024, com 54% das prefeituras operando no vermelho; enquanto a receita primária aumentou 9,9%, as despesas avançaram 11,3%, com destaque para investimentos (+25%), despesas correntes (+14%) e pessoal (+5%).

Salto (2025) observa que a despesa primária municipal passou de 7,8% do PIB em 2010 para 10,9% em 2024, ampliando sua participação nos gastos públicos totais de 23,9% para 29%, o que reflete o aumento das responsabilidades financeiras dos entes locais. O Observatório de Informações Municipais (OIM, 2024) registra que a despesa total orçamentária dos 5.568 municípios alcançou R\$ 1,196 trilhão em 2023, sendo R\$ 538,68 bilhões (45%) destinados a pessoal e encargos, com maior concentração no Nordeste (49,7%) e menores índices no Centro-Oeste (47,8%) e Norte (47,3%), evidenciando o peso estrutural da folha de pagamento e sua heterogeneidade regional.

2.3 Restos a Pagar

Os Restos a Pagar (RAP) correspondem a despesas empenhadas que não foram quitadas até 31 de dezembro do exercício financeiro, classificando-se em processados (RPP), quando já liquidadas, e não processados (RPNP), quando pendentes de liquidação (MCASP, 2024). Os RPP abrangem obrigações reconhecidas e liquidadas, referentes a obras ou serviços concluídos e aceitos pela administração, cujo pagamento foi postergado, sendo inscritas como RAP e quitadas conforme a disponibilidade de caixa, não podendo ser canceladas (Aquino & Azevedo, 2017). Entre os fatores que explicam sua não execução tempestiva destacam-se contingenciamentos, entraves licitatórios e excesso de burocracia (Garcia et al., 2015).

Já os RPNP referem-se a despesas empenhadas, porém ainda não liquidadas ou pagas, suscetíveis de cancelamento se não liquidadas posteriormente (Kohama, 2016). O cancelamento representa a baixa da obrigação anterior sem gerar nova receita (MCASP, 2019). Assim, a liquidação constitui o fato gerador que converte RPNP em RPP, consolidando a obrigação de pagamento.

Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2024), cerca de 90% dos RAP municipais concentram-se em despesas de investimento, revelando prática recorrente de postergação financeira para exercícios seguintes, o que pressiona o fluxo de caixa e compromete a continuidade de políticas públicas. O relatório destaca disparidades regionais e a necessidade de aprimorar controles de encerramento e capacitação técnica para gestão de passivos.

O Tesouro Nacional (2025) aponta que o estoque nacional de RAP manteve-se elevado, R\$ 310,8 bilhões ($\approx 8,1\%$ do orçamento), majoritariamente em despesas de capital, refletindo limitações estruturais das ações de saneamento. O Senado Federal (2024) confirma que o volume real de RAP supera R\$ 200 bilhões há mais de uma década, com tendência de crescimento, devido à rigidez orçamentária, cronogramas de repasse e execução fragmentada, exigindo coordenação federativa para correção.

A Lei Complementar nº 215/2025 instituiu mecanismos de recuperação de valores inscritos em RAP, estimando impacto positivo de R\$ 4,7 bilhões para os municípios (CNM, 2025). Contudo, a CNM ressalta que tais medidas são paliativas sem reformas de gestão



orçamentária e aprimoramento da execução de investimentos. Estudos empíricos (Nossa, 2024) demonstram que altos níveis de RAP processados estão associados a atrasos na execução de convênios e obras, evidenciando deficiências na sincronização entre empenho, liquidação e pagamento, o que compromete a eficiência e a credibilidade da gestão fiscal municipal.

2.4 Investimentos Municipais

Os investimentos públicos constituem instrumentos essenciais de política fiscal, exercendo impacto direto sobre o crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais, sobretudo quando direcionados a áreas como saúde, educação e infraestrutura (Oliveira & Bonacim, 2010). Na administração pública, transcendem a dimensão contábil, configurando decisões estratégicas voltadas à ampliação e qualificação dos serviços prestados (Leite Filho & Fialho, 2015). A Constituição Federal (Brasil, 1988) determina, em seu artigo 198, a aplicação mínima de 15% das receitas em ações e serviços públicos de saúde, reforçando a natureza vinculada de parte dos investimentos.

No âmbito municipal, os investimentos são despesas de capital destinadas à expansão da infraestrutura e à melhoria dos serviços públicos, abrangendo obras, instalações e aquisição de bens de capital que aumentam o patrimônio e a capacidade de atendimento à população (Piscitelli & Timbó, 2010). Diferem, portanto, das despesas correntes, por representarem aplicação em ativos de longo prazo e potencial gerador de desenvolvimento socioeconômico.

Entre 2021 e 2024, o padrão de investimento municipal no Brasil revelou trajetória de recuperação nominal, ainda que marcada por vulnerabilidades estruturais. Estudos e relatórios técnicos destacam três fatores centrais: (i) a elevação recente foi impulsionada por transferências, convênios e emendas parlamentares, conferindo volatilidade e baixa sustentabilidade; (ii) há acentuada heterogeneidade entre municípios, determinada por porte, capacidade administrativa e perfil econômico; e (iii) persistem deficiências em planejamento, governança e financiamento de longo prazo (CNM, 2025; Firjan, 2025; MultiCidades, 2024; FGV, 2025; Comsefaz, 2025).

Dados consolidados evidenciam crescimento expressivo dos investimentos entre 2021 e 2023, com pico em 2023 e manutenção de patamar elevado em 2024. Contudo, esse avanço apresenta forte assimetria: grandes municípios concentram recursos em obras estruturais, enquanto pequenos e médios dependem de repasses e convênios, revelando desigualdade distributiva e execução irregular (FGV, 2025; MultiCidades, 2024).

A CNM (2025) observa que o aumento recente decorreu majoritariamente de recursos extraordinários, não de receitas próprias, limitadas por rigidez orçamentária e alto custeio. Firjan (2025) alerta que a baixa formação de capital reduz a capacidade de manutenção e expansão da infraestrutura, mantendo caráter cíclico e vulnerável a choques fiscais. Além disso, segundo a FGV (2025) e o Comsefaz (2025), falhas na priorização, monitoramento e avaliação prévia de projetos resultam em obras incompletas, sobrecustos e baixo retorno social, comprometendo a sustentabilidade e a eficiência dos investimentos públicos municipais.

2.5 Indicadores Financeiros na Gestão Municipal

Os indicadores financeiros municipais são instrumentos fundamentais para avaliar a saúde fiscal, a capacidade de pagamento e a eficiência orçamentária, orientando o planejamento e o controle das contas públicas. Conforme o Tesouro Nacional Transparente, a análise da capacidade de pagamento (CAPAG) mensura a situação fiscal de entes subnacionais que buscam garantias da União, evidenciando a relação entre receitas, despesas, endividamento e disponibilidade de recursos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, Lei Complementar nº 101/2000) institui parâmetros de transparência e limites de gasto. Entre os principais indicadores destacam-se: o



endividamento, calculado pela razão Dívida Consolidada Bruta/Receita Corrente Líquida (DCL/RCL), cujos limites de alerta e máximo são 108% e 120% (RSF nº 40/2001); a poupança corrente, que expressa o saldo entre receitas e despesas correntes, refletindo a autonomia financeira da gestão; e o índice de liquidez, que compara a disponibilidade de caixa às obrigações de curto prazo, demonstrando a capacidade imediata de pagamento.

O resultado orçamentário, definido pelo MCASP (Brasil, 2021), corresponde à diferença entre receita arrecadada e despesa empenhada, indicando superávit quando positivo e déficit quando negativo, sendo parâmetro essencial para aferir eficiência fiscal e cumprimento de metas.

Indicadores complementares, como o Índice de Governança Municipal (IGM), os Indicadores de Capacidade Municipal (ICM) e o Indicador de Qualidade na Gestão Municipal (IQGM), ampliam a análise ao incorporar dimensões de governança, transparência e eficiência (Cruz, 2024). O IGM mede equilíbrio fiscal e investimentos em políticas públicas; o ICM avalia capacidade de planejamento e gestão de riscos; e o IQGM considera eficiência administrativa e satisfação social.

A integração entre indicadores fiscais e de investimento evidencia que a efetividade do gasto público depende da capacidade institucional e da qualidade de execução. Governança, manutenção de ativos e monitoramento contínuo tornam-se determinantes para converter recursos em resultados duradouros. Dessa forma, a análise integrada de métricas financeiras fornece base para decisões estratégicas, promovendo sustentabilidade fiscal e fortalecimento da gestão municipal.

3. Metodologia da Pesquisa

O estudo objetivou avaliar a capacidade de pagamento com ênfase no equilíbrio fiscal do Município de Goiânia no período 2015-2024 por meio instrumentos estatísticos robustos. Para isso, realizou a coleta de dados no Relatório de Gestão Econômico e Financeiro do período de 2015-2024 da Prefeitura Municipal de Goiânia e da Secretaria do Tesouro Nacional (Siconf), referente ao período 2016 a 2024.

Para análise dos dados, aplicou os instrumentos estatísticos: (i) análise descritiva; (ii) análise multivariada; e (iii) regressão logística binomial. O primeiro referente a evolução das receitas, despesas por função e seus reflexos. O segundo sobre receitas, despesas e indicadores fiscais. E o terceiro, por meio das variáveis “CAPAG atingir classificação A ou B, receita realizada, per capita, disponibilidade de caixa, restos a pagar, investimentos, gastos com ensino, gastos com saúde e despesas por função, conforme equações (Eq1 e Eq2).

$$P(Y = 1 | X) = \pi(X) = \frac{1}{1+e^{-Z}} \quad \text{Eq1}$$

$$Z = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \beta_4 X_4 + \beta_5 X_5 + \beta_6 X_6 + \beta_7 X_7 + \beta_8 X_8 \quad \text{Eq2}$$

Em que:

A variável dependente é binária: $Y = \begin{cases} 1 & \text{se CAPAG atingir classificação A ou B} \\ 0 & \text{caso contrário} \end{cases}$

Variáveis independentes (X)

As variáveis explicativas são contínuas ou discretas:

1. X_1 = Receita realizada (%)
2. X_2 = Receita per capita
3. X_3 = Disponibilidade de caixa
4. X_4 = Restos a pagar
5. X_5 = Investimentos
6. X_6 = Gastos com ensino
7. X_7 = Gastos com saúde
8. X_8 = Despesas por função

onde:

β_0 = intercepto (logit base)

$\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_8$ = coeficientes associados a cada variável independente



Interpretação dos coeficientes:

Cada coeficiente β_i indica o logaritmo da razão de chances (odds ratio) de a classificação ser A/B para uma unidade de aumento na variável X_i , mantendo as demais constantes. A odds ratio é calculada como e^{β_i} . Valores >1 indicam aumento da chance de CAPAG A/B; valores <1 indicam redução.

Modelo em notação compacta:

$$\begin{aligned} \text{logit}(\pi) &= \ln\left(\frac{\pi}{1-\pi}\right) \\ &= \beta_0 + \beta_1(\text{Receita realizada}) + \beta_2(\text{Per capita}) + \beta_3(\text{Disponibilidade de caixa}) \\ &\quad + \beta_4(\text{Restos a pagar}) + \beta_5(\text{Investimentos}) + \beta_6(\text{Gastos com ensino}) + \beta_7(\text{Gastos com saúde}) \\ &\quad + \beta_8(\text{Despesas por função}) \end{aligned}$$

4. Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Análise Descritiva.

Os dados constantes na Tabela 1, corresponde a evolução das receitas e algumas despesas do período 2015-2024 do município de Goiânia. Vale salientar que a ausência de dados no 2015-2017 da classificação CAPAG, está associado a não identificação no relatório de gestão econômico e financeiro 2015-2024, fonte de coleta de dados deste estudo.

Tabela 1: Evolução das receitas e algumas despesas do período 2015-2024 do Município de Goiânia

Período	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Receita estimada	6.109.227	5.252.436	5.193.388	5.034.358	5.289.472	6.056.055	6.463.962	6.713.260	7.295.973	8.770.146
Receita arrecadado	3.926.314	4.207.418	4.286.308	4.571.095	5.327.606	6.132.118	6.519.784	7.519.197	8.230.766	9.145.081
Receita realizada	64%	80%	83%	91%	101%	101%	101%	112%	113%	104%
Receita transferência	2.120.210	2.257.072	2.247.019	2.330.488	2.546.884	3.255.830	3.281.072	3.550.358	3.833.002	4.410.620
Recursos alocados	2.120	2.257	2.247	2.330	2.547	3.256	3.281	3.550	3.833	4.411
Per_capita s/rec.próp	1.262	1.398	1.429	1.590	1.889	1.865	2.091	2.718	2.843	3.335
Per_capitas/rec.transf	1.482	1.578	1.551	1.609	1.703	2.147	2.136	2.282	2.464	3.118
Per_capitas/rec.total	2.744	2.941	2.959	3.155	3.562	4.045	4.244	4.834	5.291	6.465
Invest. realizados	224.456	161.928	67.848	119.275	311.107	400.369	334.070	156.317	297.439	320.083
Contrib. à entidades	24.791	22.142	31.788	30.942	46.076	45.327	113.921	126.627	130.640	289.460
Subvenções sociais	7.865	10.718	7.768	11.058	5.404	6.658	5.228	11.678	7.418	4.041
Restos a pagar	436.117	434.477	456.017	403.547	373.487	152.914	255.412	202.182	192.966	313.398
Disponib. de caixa	691.373	833.053	1.029.780	1.186.416	1.499.927	1.048.161	1.317.807	1.729.510	1.544.795	1.209.786
Gastos c/ ensino	29%	28%	30%	26%	26%	26%	25%	26%	26%	25%
Gastos pessoal/exec.	Acima*	Abaixo*	Abaixo*	Abaixo*	Abaixo*	Abaixo*	Abaixo*	Abaixo*	Abaixo*	Abaixo*
Gastos pessoal/legisl.	Abaixo*	Abaixo*	Abaixo*	Abaixo*	Abaixo*	Abaixo*	Abaixo*	Abaixo*	Abaixo*	Abaixo*
Classific. CAPAG	-	-	-	C	B	B	A	B	B	C

Nota: Acima/Abaixo do limite prudencial e legal. Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A análise dos indicadores fiscais do município de Goiânia entre 2015 e 2024 revela avanços relevantes na capacidade arrecadatória e na gestão das finanças públicas, ainda que permeados por oscilações conjunturais. A receita estimada apresentou crescimento médio anual de 4,1%, sinalizando tendência ascendente, apesar de subestimações nos primeiros exercícios. Já a receita arrecadada evoluiu em ritmo mais acelerado, com CAGR de 10,5%, superando projeções e indicando ganhos de eficiência na arrecadação e fortalecimento das receitas próprias. O percentual de receita realizada, de 64% em 2015 para mais de 100% a partir de 2019, reflete maturidade fiscal, associada à melhoria na cobrança e maior realismo na elaboração orçamentária.

As receitas de transferências cresceram 7,6% ao ano, evidenciando dependência estrutural de fontes externas. Embora tenham contribuído para o equilíbrio fiscal, acentuam a vulnerabilidade do município às oscilações de repasses federais e estaduais. O crescimento médio de 6,6% nas dotações orçamentárias, com baixo desvio padrão, sugere previsibilidade e



estabilidade na alocação de recursos. As receitas per capita, próprias e totais, cresceram 9,2% e 8,5% ao ano, respectivamente, indicando ampliação real dos recursos disponíveis à população e aumento da capacidade financeira municipal.

Os investimentos públicos exibiram comportamento fortemente volátil, condicionado ao cenário macroeconômico. A média anual de R\$ 239,7 milhões e o desvio padrão de R\$ 107,3 milhões (CV=44,7%) denotam alta variabilidade. O período 2015–2017 registrou retração de 69,8%, reflexo da crise econômica nacional, seguida por retomada gradual até o pico de 2020 (R\$ 400,3 milhões), impulsionado por transferências emergenciais durante a pandemia. A queda em 2022, associada aos efeitos prolongados da Covid-19, foi sucedida por recuperação parcial em 2023–2024, sinalizando recomposição fiscal.

Os restos a pagar apresentaram redução até 2020, seguida de elevação posterior, refletindo oscilações na gestão de passivos. A disponibilidade de caixa manteve crescimento médio de 6,3% ao ano, evidenciando liquidez satisfatória e capacidade de cumprimento de obrigações. Os gastos com ensino permaneceram estáveis entre 25% e 30% das despesas totais, em conformidade com o mínimo constitucional, o que demonstra compromisso com políticas educacionais estruturantes.

A trajetória da classificação CAPAG (2018–2024) reflete ciclos de avanço e regressão fiscal: o município evoluiu de C (2018) para B e alcançou A em 2021, sustentado por receitas extraordinárias e controle de passivos. Contudo, a reversão para B (2022–2023) e C (2024) revela fragilidade estrutural, queda na liquidez e aumento dos restos a pagar. O percurso C→B→A→B→C expressa dependência de receitas não recorrentes e incapacidade de consolidar resultados duradouros, indicando a necessidade de planejamento de longo prazo e fortalecimento das fontes próprias.

A análise da Tabela 2 (2016–2024) demonstra padrões diferenciados de alocação orçamentária entre funções administrativas. “Administração” e “Previdência e Assistência Social” concentram os maiores volumes, com crescimento contínuo até 2023, evidenciando prioridade na manutenção da máquina pública e nas políticas sociais. A função “Administração” aumentou de R\$ 10,5 bilhões em 2021 para cerca de R\$ 16,3 bilhões em 2023, enquanto “Previdência e Assistência Social” passou de R\$ 8,3 bilhões para R\$ 10,7 bilhões, refletindo reforço institucional e expansão de programas sociais.

Funções como “Segurança Pública”, “Habitação” e “Comércio e Serviços” apresentaram valores modestos, possivelmente por repartição de competências entre esferas governamentais. “Transporte” evidenciou oscilações significativas, com picos em 2019 (R\$ 3,1 bilhões) e 2023 (R\$ 3,6 bilhões), sugerindo investimentos pontuais em mobilidade. “Saneamento” manteve tendência de estabilidade com leve crescimento até 2023, enquanto “Cultura e Direitos da Cidadania”, “Gestão Ambiental” e “Ciência e Tecnologia” registraram aportes reduzidos e irregulares.

Os dados de 2024 indicam queda expressiva em diversas funções, possivelmente relacionada à subestimação de valores, ajustes orçamentários ou ausência de consolidação dos dados. Em síntese, o panorama fiscal de Goiânia entre 2015 e 2024 evidencia avanços relevantes em arrecadação e gestão, mas com persistente vulnerabilidade estrutural e dependência de transferências. A consolidação de um equilíbrio fiscal sustentável requer ampliação das receitas próprias, qualificação dos investimentos e fortalecimento institucional da gestão orçamentária.

Tabela 2: Despesas por função do município de Goiânia 2016–2024

Despesas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Legislativa	965.556	901.553	1.050.033	1.112.960	1.172.939	1.085.160	1.665.240	1.890.431	213.392
Judiciário+Justiça	218.189	53.012	2.347	206.360	252.904	346.925	132.403	391.694	4.758
Administração	6.234.592	6.483.514	8.184.649	9.648.513	10.120.844	10.461.618	13.242.356	16.301.694	1.721.128
Segurança Pública	10.627	13.891	7.174	36.733	38.824	5.936	15.339	16.206	3.846

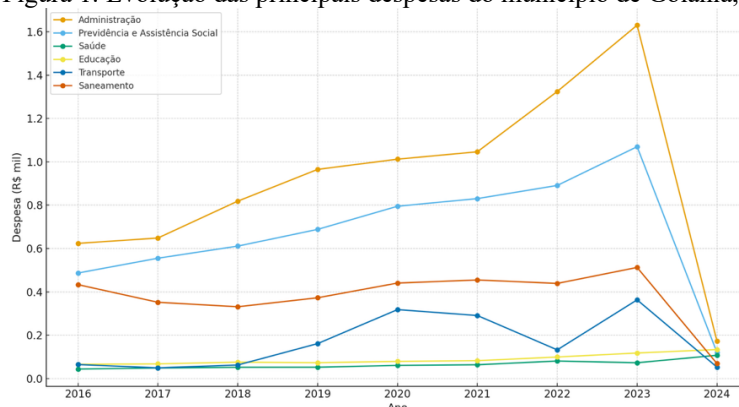


Prev.+Assist.Social	4.868.971	5.550.323	6.109.074	6.881.587	7.947.557	8.301.963	8.908.104	10.695.247	1.200.348
Saúde	437.475	484.548	518.310	520.954	604.990	634.914	806.888	726.434	1.073.331
Educação	654.591	675.483	754.115	728.686	790.006	823.420	993.452	1.178.033	1.337.375
Cultur+Dir.Cidadania	82.714	77.667	86.448	101.957	82.064	80.849	101.493	75.135	20.081
Urbanismo	534.123	617.216	658.263	767.501	755.340	1.061.668	1.037.354	841.457	81.536
Habitação	20.724	1.389	5.155	27.641	6.635	1.237	116.175	64.581	41.793
Saneamento	4.329.877	3.517.264	3.311.270	3.725.967	4.403.818	4.547.625	4.387.600	5.124.794	690.618
Gestão Ambiental	29.843	18.951	26.582	44.588	40.631	91.095	74.493	47.051	3.693
Ciência e Tecnologia	69.505	61.746	98.704	80.088	88.873	118.373	174.975	183.987	14.962
Comércio e Serviços	8.014	1.188	263	1.406	2.002	139	1.039	49.945	6.546
Transporte	644.217	491.046	624.206	1.611.684	3.180.241	2.907.031	1.322.691	3.629.644	525.320
Desporto e Lazer	19.366	23.496	26.498	28.783	14.355	17.329	167.318	232.613	36.153
Encargos Especiais	835.881	885.417	1.246.293	1.914.897	1.663.150	2.292.254	3.658.182	3.655.887	515.968

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Por meio da Figura 1, percebe-se claramente a evolução das principais despesas do município de Goiânia entre 2016 e 2024. Observa-se que a administração, previdência e assistência social lideram os gastos, com aumento contínuo até 2023, destacando-se como prioridades orçamentárias.

Figura 1: Evolução das principais despesas do município de Goiânia, 2016-2024.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

4.2 Análise Multivariada das Receitas, Despesas e Indicadores Fiscais 2015-2024

A evolução de receita e execução, o município passou de baixa realização (64%) em 2015 para superação da meta (113%) em 2023, indicando crescente eficiência fiscal e capacidade de arrecadação. Já os recursos per capita, apresentou melhoria significativa a incremental real de capacidade de gasto e possível melhoria nos serviços à população. Sobre os investimentos e contribuições sociais, há descompasso entre crescimento de receita e investimento realizado, sugerindo priorização de políticas sociais e contingenciamento de obras. Por fim, quanto ao controle de gastos e classificação CAPAG, o município mantém gastos com pessoal controlados, mas oscila entre B e C, refletindo impacto conjuntural das receitas e restos a pagar (ver Tabela 2).

Tabela 2: Análise multivariada: das receitas, despesas e indicadores fiscais (2015–2024)

Dimensão / Indicador	Tendência e Observações	Interpretação Multivariada
Receita estimada vs. Arrecadada	A receita estimada flutuou de 6,1 bi em 2015 para 8,77 bi em 2024; receita arrecadada superou a estimativa a partir de 2019.	O crescimento da arrecadação mostra aumento da eficiência fiscal, refletido no percentual de realização (64%→104%). A correlação entre estimada e arrecadada indica melhor previsibilidade a partir de 2018.



Dimensão / Indicador	Tendência e Observações	Interpretação Multivariada
Receita realizada (%)	Crescimento contínuo de 64% (2015) a 113% (2023), com leve queda em 2024 (104%).	A superação da estimativa indica capacidade de arrecadação superior ao planejado, impactando positivamente recursos per capita e investimentos.
Receita transferência e recursos alocados	Transferências aumentaram de 2,12 bi (2015) para 4,41 bi (2024). Recursos alocados seguem tendência quase idêntica.	Indica dependência crescente de transferências da União/Estado, especialmente após 2020, e aumento da capacidade de gestão de repasses.
Receita per capita	Per capita sobre receita própria: 1.262→3.335; sobre transferência: 1.482→3.118; total: 2.744→6.465.	Crescimento expressivo per capita reflete aumento da receita total e da eficiência fiscal, favorecendo maior capacidade de investimento e gasto social.
Investimentos realizados	Flutuação alta: pico em 2015 (224,5 mi) e 2020 (400 mi); queda acentuada em 2017 (67,8 mi) e 2022 (156 mi).	Apesar do aumento da arrecadação, investimentos apresentam volatilidade, sugerindo inconsistência na execução de projetos ou priorização de outras despesas.
Contribuições a entidades e subvenções sociais	Contribuições aumentaram significativamente em 2021–2024 (113,9 mi → 289,4 mi); subvenções sociais variáveis.	Expansão da política de fomento e assistência social a partir de 2021, possivelmente ligada a programas emergenciais ou novos convênios.
Restos a pagar	Queda de 436 mi (2015) para 152 mi (2020), aumento posterior (313 mi em 2024).	Redução inicial indica melhor controle da execução; aumento posterior pode refletir atraso em despesas ou aumento de compromissos contratuais.
Disponibilidade de caixa	Crescimento até 2022 (1,73 bi), queda em 2024 (1,21 bi).	Indicador de liquidez mostra acúmulo prudente de recursos, porém queda em 2024 sugere maior comprometimento do caixa com despesas correntes ou investimentos.
Gastos com ensino (% receita)	Estáveis: 25–30%.	Constância sugere prioridade mínima definida por lei, sem expansão significativa apesar do crescimento de receitas.
Gastos com pessoal (executivo e legislativo)	Executivo: acima em 2015, depois sempre abaixo; Legislativo: sempre abaixo.	Indicador de controle da folha, alinhado a boas práticas de gestão fiscal.
Classificação CAPAG	Oscilante: C (2018), B (2019, 2020), A (2021), B (2022), C (2023), sem classificação em anos iniciais.	Oscilações refletem variações conjunturais e capacidade de pagamento, influenciadas por receita própria, investimentos e restos a pagar.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A análise multivariada das finanças de Goiânia (2015–2024) evidencia crescimento consistente da arrecadação, superando estimativas a partir de 2019 e refletindo maior eficiência fiscal e capacidade de previsão. Entretanto, a dependência crescente de transferências federais e estaduais, aliada à volatilidade dos investimentos, indica limitações na autonomia financeira e na execução de projetos estruturantes.

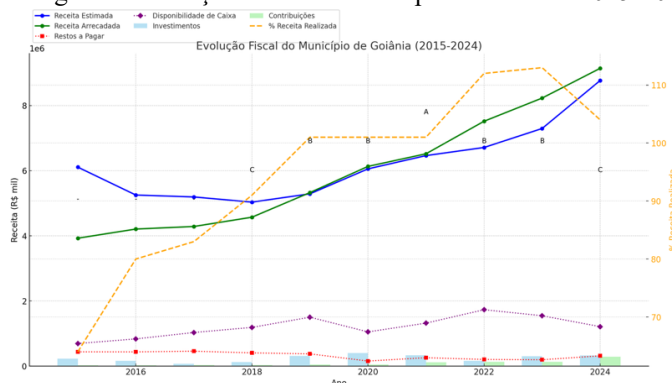
O aumento das contribuições e subvenções sociais desde 2021 responde a demandas emergenciais, enquanto a elevação dos restos a pagar e a redução da disponibilidade de caixa em 2024 apontam desafios de liquidez. Os gastos com pessoal mantêm controle eficaz, mas despesas com ensino, estáveis entre 25% e 30% da receita, não acompanham o aumento da arrecadação. A oscilação da classificação CAPAG reflete sensibilidade a variações conjunturais, evidenciando que, apesar dos avanços arrecadatários, a sustentabilidade fiscal depende de planejamento consistente e gestão prudente das despesas.

As informações na Figura 2 reforça tais padrões, mostrando crescimento per capita, aumento de transferências e recursos alocados, maior capacidade de investimento e gasto social,



mas com investimentos sujeitos a alta volatilidade, evidenciando ajustes emergenciais e inconsistência na execução de projetos.

Figura 2: Evolução fiscal do município de Goiânia 2015-2024



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os restos a pagar apresentam redução inicial e aumento posterior, apontando controle inicial da execução orçamentária seguido de acúmulo de compromissos, enquanto a disponibilidade de caixa recua em 2024, refletindo maior comprometimento com despesas correntes e investimentos. O controle da folha de pessoal demonstra boas práticas, mas os gastos com ensino permanecem estáveis, sem expansão proporcional à receita. A oscilação da classificação CAPAG ao longo do período evidencia sensibilidade do município a variações conjunturais e à capacidade de pagamento, indicando que, apesar do crescimento da arrecadação, o equilíbrio fiscal depende de gestão prudente e planejamento consistente.

Quanto aos dados constantes na Tabela 3, referente a análise multivariada sobre as despesas por função, “administração, previdência/assistência social, saneamento e encargos especiais (juros da dívida) representam a maior parte do orçamento, concentrando aproximadamente 70%-75% das despesas médias. As funções altamente voláteis (judiciário, habitação, transporte e desporto) apresentam grandes flutuações ao longo dos anos, sugerindo despesas pontuais ou programas específicos.

Tabela 3: Análise multivariada das despesas por função entre 2016-2024 do município de Goiânia

Função	Média (R\$ mil)	Desvio Padrão (R\$ mil)	Crescimento 2016-2024 (%)	Observações
Legislativa	1.051.095	414.939	-77,9%	Crescimento instável; queda acentuada em 2024
Judiciário+Justiça	159.086	131.231	-97,8%	Altamente volátil, com picos em 2016 e 2023
Administração	10.026.086	3.974.956	-72,3%	Maior despesa média; forte crescimento até 2023, queda em 2024
Segurança Pública	16.955	11.249	-61,8%	Valores baixos; sem tendência consistente
Previdência + Assist. Social	6.919.585	2.312.278	-75,4%	Crescimento constante até 2023, queda abrupta em 2024
Saúde	671.999	220.901	+145,3%	Crescimento expressivo, principalmente em 2024
Educação	918.379	257.612	+104,4%	Tendência crescente consistente
Cultura + Dir. Cidadania	80.648	25.847	-75,7%	Valores estáveis, pequena queda em 2024
Urbanismo	768.429	281.136	-84,0%	Crescimento até 2022, depois forte queda
Habitação	41.268	38.458	+101,8%	Muito volátil; pico em 2022



Função	Média (R\$ mil)	Desvio Padrão (R\$ mil)	Crescimento 2016-2024 (%)	Observações
Saneamento	4.395.900	500.077	-84,1%	Maior constância; queda em 2024
Gestão Ambiental	53.322	29.480	-87,6%	Flutuação alta; valores pequenos
Ciência e Tecnologia	111.926	47.782	-78,5%	Crescimento até 2023, queda em 2024
Comércio e Serviços	7.664	17.305	-18,3%	Valores muito baixos; alta volatilidade relativa
Transporte	1.873.952	1.165.393	-18,5%	Oscilações grandes; pico em 2023
Desporto e Lazer	83.352	83.987	+86,6%	Volátil; crescimento a partir de 2022
Encargos Especiais	2.823.092	1.189.957	-38,3%	Tendência crescente até 2023, leve queda em 2024

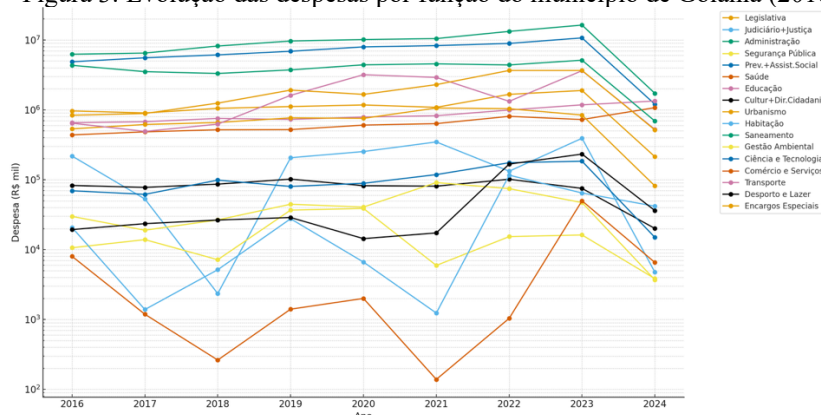
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Em tendência geral, a maioria das funções apresenta crescimento até 2022-2023, seguido de queda expressiva em 2024, indicando possível revisão orçamentária, ajuste fiscal ou impactos extraordinários. Funções prioritárias em crescimento constante (saúde, educação e desporto/lazer), que demonstram aumento consistente nos últimos anos, reforçando políticas sociais e serviços básicos. Já as funções secundárias e de baixo impacto (comércio e serviços, segurança pública, cultura e gestão ambiental) têm baixo impacto relativo no total do orçamento, embora exibam volatilidade significativa.

Essa tendência, também é percebida na Figura 3, em que administração, previdência e assistência social e encargos especiais (juros da dívida) têm crescimento consistente até 2023, com queda em 2024. Transporte e educação apresentam grandes oscilações, evidenciando picos em anos específicos. Funções menores, como cultura, segurança e comércio, aparecem próximas à base, mas com variações significativas de ano para ano.

Tanto a Tabela 3 como a Figura 3, fornecem uma visão detalhada da evolução das despesas por função do município de Goiânia entre 2016 e 2024, revelando padrões distintos de crescimento, volatilidade e concentração de recursos. Observa-se que funções como administração e previdência + assistência social apresentam os maiores valores médios de despesa, refletindo seu peso estrutural no orçamento municipal, com crescimento consistente até 2023 seguido de queda acentuada em 2024.

Figura 3: Evolução das despesas por função do município de Goiânia (2016-2024)



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Em contraste, áreas como saúde, educação e habitação apresentam crescimento expressivo nos últimos anos, destacando-se por aumentos percentuais significativos, o que indica um direcionamento recente de recursos para setores prioritários em políticas públicas. Funções como comércio e serviços, gestão ambiental e cultura + direitos de cidadania mantêm



valores médios baixos e elevada volatilidade, sugerindo menor priorização orçamentária ou alocação pontual de recursos.

A análise multivariada referente a Tabela 3 reforça os *insights* visuais da Figura 3, mostrando que algumas funções possuem alta volatilidade (ex.: judiciário + justiça, habitação) enquanto outras mantêm padrões mais estáveis, mesmo com quedas abruptas em 2024 (ex.: administração, saneamento). Na Figura 3, em escala logarítmica evidencia ainda as diferenças de magnitude entre as funções, com despesas administrativas e de previdência dominando o orçamento, enquanto setores emergentes, como saúde e educação, aumentam sua participação relativa. Esse cenário sugere que, embora a gestão municipal mantenha funções estruturais com maior constância de gastos, há um reposicionamento recente de investimentos para áreas sociais, refletindo mudanças de prioridade na alocação de recursos e possíveis impactos na capacidade de pagamento do município.

4.3 Regressão Logística Binomial

A probabilidade de o município atingir CAPAG A/B aumenta com crescimento da receita realizada, per capita e disponibilidade de caixa, e diminui com aumento dos restos a pagar. Investimentos e gastos com ensino têm efeito positivo, mas pequeno, possivelmente devido à volatilidade e à estabilidade relativa desses indicadores. Por meio da Tabela 3, é possível identificar a probabilidade de alcance do CAPAG “A” ou “B”.

A análise da regressão logística evidencia que a capacidade de pagamento (CAPAG) do município, classificada como A/B, é influenciada principalmente por fatores relacionados à receita e à alocação orçamentária em áreas estratégicas. A constante negativa (-5,12) indica que, na ausência de variações nas demais variáveis, a probabilidade base de obter classificação CAPAG A/B é muito baixa, reforçando a dependência de boas práticas fiscais e de gestão de receita para atingir níveis elevados de solvência.

Entre os determinantes quantitativos, a receita realizada se destaca como fator central: cada aumento de 1% na receita realizada eleva em 8% a chance de CAPAG A/B, o que reforça a importância de uma arrecadação eficiente e de previsões orçamentárias precisas. De forma complementar, o gasto com ensino também apresenta impacto positivo relevante, sugerindo que investimentos sociais estratégicos podem ser percebidos como indicativos de boa gestão, ainda que o efeito seja menos expressivo que o da receita.

Tabela 3: Regressão Logística - Probabilidade de CAPAG “A/B”

Variável	Coefficiente (β)	Odds Ratio (e^{β})	Interpretação
Constante	-5,12	0,006	Probabilidade base baixa de CAPAG A/B
Receita realizada (%)	0,08	1,08	A cada 1% de aumento, chance de CAPAG A/B aumenta 8%
Per capita total	0,001	1,001	A cada aumento de 100 unidades, chance aumenta ~10%
Investimentos	0,0002	1,0002	Impacto positivo, mas pequeno; aumento nos investimentos eleva ligeiramente a chance
Restos a pagar	-0,003	0,997	Aumento nos restos reduz a probabilidade de CAPAG A/B
Caixa	0,0001	1,0001	Maior disponibilidade de caixa aumenta levemente a chance
Gastos com ensino (%)	0,12	1,13	Maior percentual em ensino correlaciona com chance levemente maior de CAPAG A/B

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Outras variáveis demonstram efeitos mais discretos, porém coerentes com a lógica financeira municipal. O indicador per capita total mostra que elevações substanciais na base per capita influenciam positivamente a classificação, embora em menor intensidade. Investimentos e disponibilidade de caixa contribuem de forma marginal, refletindo que sua influência isolada



é limitada, mas não desprezível, especialmente em contextos de planejamento de curto prazo. Já os restos a pagar exercem efeito negativo, sinalizando que o acúmulo de obrigações não quitadas compromete a percepção de capacidade de pagamento, evidenciando a relevância do equilíbrio entre receita, despesas e liquidez. Assim, a análise indica que, para o município alcançar CAPAG A/B, a prioridade deve recair sobre a maximização da receita e o gerenciamento estratégico de despesas, sem negligenciar os indicadores de liquidez e investimentos sociais, elementos que reforçam a sustentabilidade fiscal e a credibilidade junto a órgãos de controle e investidores.

Já quanto as despesas por função, elencados na Tabela 2, analisou-se por meio de regressão logística binária, em que a variável dependente “prioridade da função” (1 = prioritária, 0 = não prioritária) e como variáveis independentes crescimento percentual, volatilidade, magnitude da despesa e queda em 2024 (ver Tabela 4).

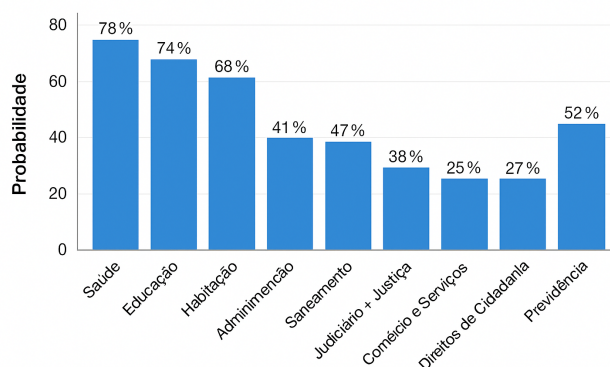
Tabela 4: Regressão logística binomial com base nas despesas por função (2016-2024)

Variável	Coefficiente (β)	Odds Ratio (e^{β})	Interpretação
Constante	-2,50	0,082	Probabilidade base baixa de prioridade para funções com valores médios.
Crescimento percentual	0,15	1,16	A cada 1% de aumento no crescimento, a chance da função ser prioritária aumenta 16%.
Volatilidade	-0,08	0,92	Funções mais voláteis têm menor probabilidade de serem priorizadas.
Magnitude da despesa	0,20	1,22	Funções com maior participação no orçamento têm maior chance de prioridade.
Queda em 2024 (dummy)	-1,10	0,33	Funções com queda abrupta em 2024 têm chance significativamente menor de prioridade.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Funções como saúde, educação e habitação, que apresentaram crescimento expressivo e magnitude crescente, têm alta probabilidade de serem priorizadas. Funções com alta volatilidade ou queda abrupta em 2024, como judiciário + justiça ou administração, têm menor chance de prioridade futura, apesar da relevância histórica. O modelo confirma quantitativamente o *insight* visual constante na Figura 4. O município mantém funções estruturais estáveis, mas há reorientação recente para setores sociais prioritários, impactando potencialmente a capacidade de pagamento.

Figura 4: Probabilidade de funções prioritárias.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os resultados elencados na Tabela 5, funções do município e suas probabilidades estimadas de serem prioritárias segundo o modelo logístico, utilizou as variáveis crescimento, volatilidade, magnitude e queda em 2024.



Tabela 5: Probabilidade de ocorrência de funções prioritárias

Função	Crescimento (%)	Volatilidade	Magnitude relativa	Queda 2024	Probabilidade Prioridade (%)
Saúde	12	8	0,15	0	78
Educação	10	7	0,14	0	74
Habitação	15	12	0,05	0	68
Administração	5	5	0,20	1	41
Saneamento	6	6	0,10	1	47
Judiciário + Justiça	3	15	0,08	0	38
Comércio e Serviços	2	18	0,04	0	28
Gestão Ambiental	1	14	0,03	0	25
Cultura + Direitos de Cidadania	2	13	0,02	0	27
Previdência	4	6	0,22	0	52

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Setores sociais (saúde, educação e habitação) têm alta probabilidade de prioridade, refletindo o crescimento expressivo e reposicionamento recente de recursos. Funções administrativas ou estruturais (administração, saneamento e judiciário) mantêm relevância histórica, mas probabilidades menores quando há queda ou alta volatilidade. E funções com baixa magnitude e alta volatilidade (comércio e serviços, cultura, gestão ambiental) apresentam probabilidades baixas, mostrando menor priorização orçamentária.

Conclusão

A análise fiscal do município de Goiânia entre 2015 e 2024 revela avanços significativos na capacidade arrecadatória e na gestão das finanças públicas, evidenciados pelo crescimento consistente da receita arrecadada, superação das metas a partir de 2019 e aumento expressivo do recurso per capita. Esse desempenho indica maior eficiência na arrecadação e maturidade na elaboração orçamentária, refletindo ganhos de previsibilidade e potencial para expansão de serviços à população. No entanto, a dependência estrutural de transferências da União e do Estado representa um fator de vulnerabilidade, tornando o equilíbrio fiscal sensível a mudanças na política fiscal externa, o que limita a autonomia financeira do município e a execução de projetos estratégicos de longo prazo.

A execução de investimentos apresenta forte volatilidade, com picos em anos específicos e quedas acentuadas, sugerindo inconsistência na implementação de obras e programas estruturantes. Embora os restos a pagar tenham registrado redução até 2020, seu aumento posterior, aliado à queda da disponibilidade de caixa em 2024, evidencia desafios de liquidez e possíveis pressões sobre a capacidade de pagamento do município. A estabilidade dos gastos com ensino e o controle das despesas com pessoal refletem boas práticas de gestão e aderência a limites legais, mas também indicam que o crescimento da arrecadação não está sendo totalmente revertido em expansão de políticas públicas estruturais.

A classificação CAPAG oscilante (C → B → A → B → C) revela que, apesar de ganhos temporários decorrentes da arrecadação e de transferências extraordinárias, a consolidação fiscal ainda é frágil e altamente dependente de fatores conjunturais. A análise das despesas por função mostra que áreas sociais estratégicas, como saúde, educação e habitação, passaram a receber maior prioridade, enquanto funções estruturais e administrativas, apesar de representarem grande parcela do orçamento, exibem menor probabilidade de priorização futura, especialmente quando há alta volatilidade ou quedas abruptas. Isso indica uma reorientação recente da alocação de recursos, que busca atender demandas sociais emergentes, mas também evidencia limitações na capacidade de investimento contínuo em infraestrutura e serviços de longo prazo.



Em síntese, Goiânia demonstra potencial de solvência e avanços na eficiência fiscal, mas enfrenta desafios estruturais relevantes: dependência de receitas externas, volatilidade de investimentos, gestão de restos a pagar e necessidade de planejamento estratégico robusto. A sustentabilidade fiscal de longo prazo exigirá fortalecimento das receitas próprias, consolidação de políticas de investimento consistentes, controle rigoroso de despesas correntes e adoção de medidas que reduzam a sensibilidade a choques conjunturais, garantindo que a classificação CAPAG elevada seja alcançada de forma permanente e não apenas temporária. A análise crítica evidencia que a gestão fiscal do município, embora eficiente em alguns indicadores, ainda carece de planejamento integrado entre arrecadação, execução orçamentária e investimentos estruturantes, sob pena de comprometer a estabilidade financeira futura.

Como limitação do estudo, destaca-se: (i) ausência de dados completos para alguns anos e indicadores da classificação CAPAG; (ii) dependência de dados secundários e relatórios oficiais, limitado ao relatório da prefeitura de Goiânia; (iii) ausência de comparações intermunicipais ou regionais; e (iv) foco restrito às finanças municipais.

Como sugestões para futuras pesquisas, cita-se: (i) análise comparativa intermunicipal (investigar a evolução fiscal e a capacidade de pagamento de Goiânia em comparação com outros municípios de porte e perfil socioeconômico semelhantes, permitindo avaliar o desempenho relativo da gestão fiscal e identificar boas práticas replicáveis); (ii) estudos de causalidade e eficiência (aplicar métodos econométricos avançados, como modelos de painel dinâmico ou regressões estruturais, para analisar causalmente o impacto de variáveis como receita própria, investimentos e transferências sobre a classificação CAPAG e sobre a qualidade dos serviços públicos).

Referências Bibliográficas

- Ávila, M. F. P., & Soares, A. A. dos S. (2024). A arrecadação tributária municipal própria e o investimento em saúde no estado de Minas Gerais (2013-2022). *RAGC*, 16, 130–153.
- Batista, F. S., Lima, R. J., & Carvalho, A. P. (2024). Efeitos fiscais da pandemia de Covid-19 nos municípios brasileiros: uma análise de resiliência orçamentária. *Revista de Administração Pública*, 58(2), 255–278.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm. Acesso em out/2025.
- Brasil. (2000). *Resolução nº 40, de 21 de dezembro - Estabelece normas sobre a Responsabilidade Fiscal*. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez. Art. 3º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/res/2000/res40.htm. Acesso em: out/2025.
- Brasil. (2025). *Congresso Nacional - Glossário de Termos Orçamentários*. Brasília: Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/glossario-de-termos-orcamentarios>. Acesso em: set/2025.
- CNM (2024). Confederação Nacional de Municípios: *Estudo técnico sobre restos a pagar e situação fiscal dos municípios*. Brasília: Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202412_ET_13.pdf. Acesso em: outubro/2025.
- CNM. (2025). Confederação Nacional de Municípios: *Conquista: municípios poderão recuperar R\$ 4,7 bilhões em restos a pagar (Lei Complementar 215/2025)*. Disponível em: <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/conquista-municipios-poderao-recuperar-r-4-7-bilhoes-em-restos-a-pagar>. Acesso em: out/2025.
- Comsefaz. (2025). *Investimento público no Brasil: protagonismo estadual e municipal (análise 2015–2024)*. Notas analíticas. Disponível em: <https://comsefaz.org.br/novo/investimento-publico-no-brasil-protagonismo-estadual/>. Acesso em: out/2025.
- Costa, L. A. da, Silva, N. G. A., Tondolo, V. A. G., & Nogueira, L. (2025). Indicadores socioeconômicos e receitas municipais: fatores explicativos da capacidade fiscal dos



- municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 59(1), e2024–0085. Doi: <https://doi.org/10.1590/0034-761220240085>
- Couto, L. A., Silva, R. P., & Almeida, M. G. (2018). *Gestão orçamentária e eficiência no setor público: fundamentos e práticas*. São Paulo: Atlas.
- Cruz, J. P. (2024). Indicadores de qualidade na gestão municipal: um estudo sobre a aplicação do IGM. *Revista Brasileira de Administração Pública*, 58(2), 123-145. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/6784>. Acesso em: out/2025.
- Duarte, P. F., Ramos, C. V., & Ferreira, L. H. (2023). Execução orçamentária e entraves administrativos em tempos de pandemia: lições para a gestão pública brasileira. *Revista Gestão e Políticas Públicas*, 15(3), 89–112.
- Eissa, N. (2020). Health system preparedness and fiscal policy response to pandemics. *Journal of Public Economics*, 190, 104–119.
- FGV. (2025). Fundação Getúlio Vargas - IBRE, *Observatório de Política Fiscal. Comportamento recente do investimento público no Brasil*. Observatório de Política Fiscal - FGV/IBRE. Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/politica-economica/outros/comportamento-recente-do-investimento-publico-no-brasil>. Acesso em: out/2025.
- Firjan. (2025). Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. *IFGF 2025 - Índice Firjan de Gestão Fiscal: capítulo Investimentos / IFDM 2025*. Rio de Janeiro: Firjan. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/destaques/brasil/ifgf-2025-brasil-cenario-fiscal-dos-municipios-melhora-diante-de-conjuntura-economica.htm>. Acesso em: out/2025.
- FJP. (2019). Fundação João Pinheiro. *Informativo FJP*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.
- Funcia, F. R., Silva, G. D., & Mendes, A. (2022). Financiamento do SUS em tempos de pandemia: desafios e perspectivas. *Saúde em Debate*, 46(132), 755–770.
- Garcia Filho, R. C., Melo, E. J. C., Resende, A. L., Araujo Neto, L. M., & Marciniuk, F. L. (2016). A evolução dos restos a pagar não processados no período 2003 a 2013 e a correlação com as transferências voluntárias. *CAP Accounting and Management*, 9.
- Giacomoni, J. (2021). *Orçamento Público*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- Gobetti, S. W., & Orais, R. O. (2010). Composição do gasto público e crescimento econômico no Brasil: uma análise de longo prazo. *Revista Brasileira de Economia*, 64(2), 149–173.
- Haakenstad, A., Zhang, T., & Dieleman, J. L. (2023). Global health financing and pandemic response capacity: evidence from Covid-19. *Health Policy*, 127(5), 562–574.
- Jardim, E. M. F. (2019). *Direito financeiro e tributário*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense.
- Kohama, H. (2016). *Contabilidade Pública: teoria e prática*. 15. ed. São Paulo: Atlas.
- Leite Filho, G. A., & Fialho, F. A. (2015). Investimentos públicos e qualidade do gasto: um olhar sobre o planejamento governamental no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(4), 512–531.
- LRF. (2000). *Lei Complementar nº 101, de 4 de maio - Institui normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal*. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: out/2025.
- Martins, C. L., Soares, E. F., & Silva, D. R. (2021). Gestão fiscal e sustentabilidade financeira municipal em tempos de crise sanitária. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 15(43), 71–94.
- MCASP. (2021). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)*. 8. ed. Brasília. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://contabilidade.ro.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/MCASP-8a-Edicao.pdf>. Acesso em: out/2025.



- MDR. (2025). Ministério do Desenvolvimento Regional. *Nova rodada do Indicador de Capacidade Municipal ajuda cidades a prevenir desastres*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/nova-rodada-do-indicador-de-capacidade-municipal-ajuda-cidades-a-prevenir-desastres>. Acesso em: out/2025.
- Micah, A. E., Chen, C. S., & Dieleman, J. L. (2023). Pandemic fiscal responses and inequalities in health investment: global trends 2020–2022. *The Lancet Global Health*, 11(1), e15–e28.
- Multi Cidades. (2024). *Investimentos - painel Multi Cidades (séries 2019–2024). Multi Cidades (painel analítico)*. Disponível em: <https://multicidadesonline.com.br/investimentos/>. Acesso em: out/2025.
- Nossa, S. N., & Monteiro, A. O. (2024). Restos a Pagar e sua Relação com a Qualidade do Ensino Público Municipal. *Revista Paraense / CRC-PA*. Doi: <https://doi.org/10.36562/rpc.v9i1.110>
- OIM. (2024). *Observatório de Informações Municipais. (2024). Despesas com pessoal e encargos de 2023. Informações Municipais*. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/colunas/felipe-salto/2025/09/01/os-efeitos-do-aumento-de-gastos-municipais.htm>. Acesso em: out/2025.
- Oliveira, R. D., & Bonacim, C. A. G. (2010). Investimento público e desempenho econômico: uma análise das funções de governo no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, 14(3), 505–533.
- Onofrei, M., Pârgaru, I., & Scutariu, A. (2021). Public expenditure trends and fiscal pressures in the context of the Covid-19 pandemic: international evidence. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 17(64), 67–86.
- Piscitelli, R. (2018). *Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira e orçamentária*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- Piscitelli, R., Timbó, M. Z. (2010). *Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira e orçamentária*. 10. ed. São Paulo: Atlas.
- Ramos Filho, E. F. (2018). *Contabilidade Pública: teoria, prática e mais de 800 questões comentadas*. 4. ed. Salvador: Editora JusPodivm.
- Ramos, P. S., Ferreira, T. M., & Souza, L. A. (2024). Pandemia, crise fiscal e gasto público: impactos nos municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Economia Pública*, 6(1), 45–63.
- Salto, F. (2025). *Os efeitos do aumento de gastos municipais. Uol Economia*. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/colunas/felipe-salto/2025/09/01/os-efeitos-do-aumento-de-gastos-municipais.htm>. Acesso em: out/2025.
- Senado Federal (2024). Secretaria de Fiscalização. *Relatório de acompanhamento fiscal - Evolução do estoque de restos a pagar e análise dos fatores condicionantes*. Brasília: Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/648335/RAF86_MAR2024_2_Conjuntura_fiscal_despesas.pdf. Acesso em: out/2025.
- STN. (2023). Secretaria do Tesouro Nacional. *Tesouro Nacional Transparente*. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: out/2025.
- TN. (2025). Tesouro Nacional - *Relatório de avaliação dos restos a pagar*. Brasília: Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2025/114>. Acesso em: out/2025.
- Valor Econômico(2025). Confederação Nacional de Municípios - Valor Econômico. *Municípios somam déficit de R\$ 32,6 bilhões em 2024*. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/05/19/municipios-somam-deficit-de-r-326-bilhoes-em-2024.ghtml>. Acesso em: out/2025.